

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**DIVISÃO REQUISITANTE:** Divisão de Tratamento de Água e Esgotos

**SOLICITAÇÃO DE COMPRAS:** Nº 450/2026

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de produto químico antiespumante à base de água, destinado à aplicação no efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE Araraquara, com a finalidade de controle e remoção de materiais flutuantes do tipo espuma não natural, assegurando o atendimento à legislação ambiental vigente para lançamento em corpo receptor, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços (**ARP**).

1.2 – Os quantitativos e as especificações detalhadas dos materiais a serem adquiridos encontram-se definidos no Anexo II – Planilha de Composição de Preços.

1.3 – O critério de julgamento da licitação será o de **menor preço por lote**, nos termos da legislação aplicável.

1.4 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens **COMUNS**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5 – O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, em conformidade com o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6 – O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o instrumento convocatório aplicável, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, nos termos dos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

1.7 – O contrato ou instrumento equivalente disciplinará de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência, execução, fiscalização e demais condições contratuais.

1.8 – O valor estimado total da presente contratação é de R\$ 1.042.650 (um milhão quarenta e dois mil seiscentos e cinquenta).

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A necessidade da contratação, bem como a fundamentação técnica e a definição dos quantitativos estimados, encontram-se devidamente detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice integrante deste Termo de Referência, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1 – A descrição da solução adotada, considerada ao longo do ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente Termo de Referência como documento complementar.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES:**

###### **4.1.1 Requisitos Técnicos**

O produto químico antiespumante deverá, no mínimo:

- I – Ser adequado para aplicação em efluentes tratados;
- II – Apresentar alta eficiência na redução e prevenção da formação de espuma;
- III – Não interferir negativamente nos parâmetros físico-químicos de lançamento do efluente;
- IV – Possuir formulação de base aquosa, ambientalmente compatível com uso em sistemas hídricos;
- V – Ser compatível com processos biológicos e físico-químicos existentes;
- VI – Apresentar dosagem compatível com aplicações ambientais;
- VII – Ser fornecido em embalagem adequada, lacrada e devidamente identificada, quando aplicável;
- VIII – Possuir registro, autorização ou regularização para comercialização, quando exigido pela legislação aplicável.

###### **4.1.2 Requisitos Ambientais e de Segurança**

O produto deverá:

- I – Apresentar baixa toxicidade aquática;
- II – Ser biodegradável ou possuir baixo impacto ambiental;
- III – Não gerar subprodutos tóxicos ou prejudiciais ao tratamento ou ao corpo receptor;
- IV – Não conter substâncias proibidas pela legislação ambiental vigente;
- V – Atender à Resolução CONAMA nº 430/2011;
- VI – Ser acompanhado de Ficha de Dados de Segurança – FDS e Laudo de Biodegradabilidade ou Laudo de Atendimento dos Requisitos de Saúde – LARS atualizados;
- VII – Estar regularizado conforme a legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável.

###### **4.1.3 Requisitos Operacionais**

O produto deverá:

- I – Apresentar facilidade de manuseio e dosagem;
- II – Ser compatível com os sistemas de dosagem existentes;
- III – Manter estabilidade nas condições normais de operação, considerando pH, temperatura e carga orgânica.

**4.1.4 - LOTE 01 - Produto químico antiespumante à base de água para aplicação no efluente tratado da ETE Araraquara, destinado ao controle e remoção de espuma não natural e ao atendimento da legislação ambiental para lançamento em corpo receptor.**

###### **Especificação do produto**

pH	entre 4 e 7
Densidade	0,9 a 1 g/cm <sup>3</sup>

Cor	Incolor a esbranquiçado/branco a levemente amarelado
Aspecto	Líquido viscoso
Solubilidade em água	Miscível

#### **4.2 – INDICAÇÃO DE MARCAS**

4.2.1 – Não será exigida a indicação de marcas dos materiais ofertados pelos licitantes, em observância ao princípio da isonomia e da competitividade.

#### **4.3 – EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**

4.3.1 – Não será exigida a apresentação de amostras pelos licitantes

#### **4.4 – CATÁLOGOS**

4.4.1 – Não será obrigatória a apresentação de catálogo técnico, manual ou declaração do fabricante contendo as especificações mínimas previstas neste Termo de Referência.

#### **4.5 – LOTE RESERVADO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA**

4.5.1 – Não haverá reserva de lotes para participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 – CONDIÇÕES DE ENTREGA E UTILIZAÇÃO**

5.1.1 O fornecimento do produto químico antiespumante ocorrerá sob demanda da Autarquia, de acordo com as necessidades operacionais, considerando-se uma média mensal estimada de 7.500 kg, sendo que cada entrega deverá corresponder, no mínimo, a 5.000 kg

5.1.2 As entregas serão programadas ao longo da vigência contratual, conforme solicitação formal da Contratante.

5.1.3 O descarregamento do produto será realizado exclusivamente pela Contratada ou por sua transportadora, sem auxílio da Contratante.

5.1.4 Todos os custos relacionados à fabricação, transporte, embalagem, manuseio, carga, descarga, armazenamento e demais encargos necessários à execução do objeto correrão por conta exclusiva da contratada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 O fornecimento deverá ocorrer, preferencialmente, a granel, por meio de caminhão-tanque devidamente licenciado, limpo e compatível com o produto, dotado de sistema próprio para transferência ao tanque de armazenamento da contratante, tais como bomba de alimentação para uma rede de energia elétrica de 220V, bifásica, mangueiras e conexões compatíveis. Excepcionalmente, e mediante justificativa aceita pela Administração, o fornecimento poderá ocorrer em embalagens apropriadas, sem ônus adicional

5.1.6 A contratada deverá apresentar relatórios e documentos técnicos contendo informações sobre quantidade, data, lote, validade e concentração do produto fornecido em cada entrega devidamente assinado por responsável técnico

5.1.7 Todo fornecimento deverá estar acompanhado de FDS

5.1.8 A contratada deverá apresentar, no credenciamento do processo licitatório, o Laudo de Biodegradabilidade ou LARS válido e compatível com o produto ofertado, sob pena de impedimento da formalização contratual ou do início do fornecimento.

5.1.9 O recebimento do produto será formalizado por meio de Registro de Recebimento, Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

5.1.10 O produto fornecido poderá ser inspecionado, amostrado e analisado a qualquer tempo, pelo DAAE Araraquara ou por laboratório certificado por ele indicado, para fins de verificação de conformidade. Constatada qualquer irregularidade ou não conformidade, todos os custos decorrentes das análises e eventuais providências corretivas correrão por conta do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas contratualmente. A contratada deverá substituir, sem ônus, qualquer lote que apresente não conformidade, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação. Na hipótese de serem identificadas inconsistências, contradições ou divergências em relação aos laudos, estudos e/ou análises apresentados, poderá ser exigida do fornecedor, às suas expensas, a realização de novo estudo acompanhado de laudo técnico, nos termos definidos pela Administração

5.1.11 Antes do descarregamento, poderá ser realizada coleta de amostra pela Contratante, podendo o produto ser recusado caso não atenda às especificações técnicas

5.1.12 O produto deverá ser pesado antes e após a entrega. As pesagens deverão ser realizadas em balanças eletrônicas certificadas, conforme normas e procedimentos internos da Autarquia. A utilização de balanças manuais será permitida apenas na hipótese de impossibilidade de uso da balança automatizada, desde que prévia e formalmente aprovada pelo gestor do contrato, conforme previsto no ANEXO V – P34 Recebimento de Produtos Líquidos ou a Granel. O caminhão deverá ser pesado antes e após a descarga em balanças eletrônicas certificadas, para emissão do respectivo ticket de pesagem. Poderá ser utilizada a balança certificada do DAAE – no ETRS – Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos, localizada na Av. Gervásio Brito Francisco, nº 750 ou na “CEAGESP” Araraquara. Todas as despesas decorrentes da pesagem serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

5.1.13 O prazo máximo para entrega será de até 7 (sete) dias úteis a partir da solicitação formal, salvo justificativa aceita pela Administração.

5.1.14 O produto deverá ser entregue dentro do prazo de validade e em condições adequadas de transporte e armazenamento.

5.1.15 A contratada será integralmente responsável por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

5.1.16 O produto químico antiespumante deverá apresentar desempenho comprovado, sendo capaz de reduzir e controlar a formação de espuma nos sistemas e processos operacionais da Autarquia, nas condições reais de operação, sem causar prejuízos ao tratamento, aos equipamentos ou à qualidade do efluente final.

§1º Como condição para a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá submeter o produto a teste operacional em campo, nas instalações indicadas pela Contratante, em condições reais de operação, pelo período mínimo de 03 (três) dias operacionais consecutivos, ou outro período definido pela Contratante.

§2º Durante o teste e ao longo de toda a vigência contratual:

- a) o produto deverá demonstrar eficiência no controle da espuma, conforme avaliação técnica da Contratante;
- b) a dosagem máxima de aplicação não poderá ultrapassar 10 (dez) litros por hora, considerando, como referência, a vazão média da ETE Araraquara de 800 (oitocentos) litros de esgoto por segundo;
- c) o desempenho do produto deverá manter-se compatível com aquele verificado no teste operacional, sendo vedada a necessidade de superdosagem.

§3º A aprovação do produto será formalizada por relatório técnico da Contratante e constituirá condição indispensável para a assinatura do contrato, podendo ser convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, em caso de reprovação.

§4º Não haverá garantia mínima de consumo nem de utilização da totalidade da quantidade estimada, sendo o fornecimento condicionado exclusivamente à demanda real da Autarquia, não cabendo pagamento adicional, reajuste ou compensação financeira em razão de dosagens superiores ao limite estabelecido.

§5º Constatado desempenho insatisfatório durante a execução contratual, a Contratada deverá, sem ônus para a Contratante e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, adotar as medidas corretivas necessárias, incluindo ajuste de aplicação ou substituição do produto.

§6º Persistindo a não conformidade, a Contratante poderá recusar o fornecimento, aplicar as sanções cabíveis e rescindir o contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

§7º A avaliação de desempenho não exime a Contratada de suas responsabilidades quanto à qualidade, segurança e conformidade legal do produto.

5.1.17 A contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada sempre que solicitada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem custo adicional.

§1º A assistência técnica deverá abranger, no mínimo:

- a) avaliação das condições operacionais do sistema onde o produto será aplicado;
- b) definição e/ou ajuste da dosagem ideal, conforme a necessidade do processo;
- c) acompanhamento técnico para verificação da performance do produto;
- d) orientação quanto às boas práticas de segurança, manuseio e armazenamento;
- e) apoio técnico na identificação e correção de eventuais não conformidades.

§2º O atendimento de assistência técnica deverá ocorrer em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação formal da contratante, sem qualquer custo adicional à Administração.

§3º Sempre que necessário, a assistência técnica poderá ser realizada in loco, nas unidades operacionais da contratante, ou de forma remota, conforme avaliação técnica e necessidade do serviço.

§4º As orientações e intervenções realizadas pela assistência técnica deverão ser registradas em relatório técnico, contendo data, local, profissional responsável, atividades executadas e conclusões, o qual deverá ser encaminhado à contratante.

§5º A assistência técnica prestada não exime a contratada de suas responsabilidades quanto à qualidade, desempenho e conformidade do produto químico antiespumante, nem transfere à contratante qualquer ônus operacional ou técnico.

Este detalhamento e embasamento atendem aos princípios da nova Lei de Licitações, como eficiência, transparência e economicidade, além de alinhar as obrigações ao interesse público.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico (e-mail) para esse fim. **É vedada a utilização de aplicativos de mensagens instantâneas (ex.: WhatsApp).**

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, quando necessário.

### **6.6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.6.1 – A gestão e fiscalização do respectivo contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

GESTOR DO CONTRATO: Weverton Campos Nozela – MATRÍCULA Nº 1304 – nomeado pela Divisão de Tratamento de Água e Esgotos.

FISCAL DO CONTRATO: Renata Lombardi – MATRÍCULA Nº 1148 – Chefe de Divisão do Tratamento de Água e Esgotos.

6.6.2 – Na ausência dos servidores acima, ficam designados como substituídos os servidores:

FISCAL DO CONTRATO: Emerson Luiz de Paula – MATRÍCULA Nº 1560 – nomeado pela Divisão de Tratamento de Água e Esgotos.

GESTOR DO CONTRATO: Francisco Cerni Neto – MATRÍCULA Nº 1257 – Chefe da Subdivisão do Tratamento de Água.

6.6.3 – Cabe ao fiscal do contrato:

Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Base legal: Conforme o Art. 117 da Lei 14.133/2021, é obrigação da Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo a eficiência e os objetivos esperados no interesse público.

Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Base legal: A Lei 14.133/2021, em seu Art. 113, reforça que as ocorrências relacionadas à execução do contrato devem ser documentadas, assegurando a transparência e a rastreabilidade dos atos administrativos.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a regularização.

Base legal: O Art. 117, § 1º, da nova Lei de Licitações estabelece que, ao constatar falhas na execução contratual, o fiscal deve emitir notificações ao contratado, fixando prazo para os ajustes necessários.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção;

Informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Base legal: O Art. 7º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, destaca a importância da comunicação e coordenação entre os agentes públicos para adoção de medidas administrativas que assegurem o interesse público.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

Base legal: Segundo o Art. 123 da Lei 14.133/2021, é fundamental comunicar, com urgência, situações que comprometam o cronograma ou a execução contratual para mitigar possíveis danos e prejuízos.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando aplicável.

Base legal: Em conformidade com o Art. 121, § 1º, da Lei 14.133/2021, a comunicação antecipada para renovação ou prorrogação contratual é essencial para evitar interrupções na prestação de serviços e prejuízo à Administração.

O detalhamento acima reforça os princípios da nova Lei de Licitações, como eficiência, publicidade e responsabilidade, garantindo o cumprimento das obrigações do fiscal do contrato.

#### 6.6.4 – Cabe ao gestor do contrato:

Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório para verificar a necessidade de adequações do contrato, de modo a garantir o atendimento dos objetivos da Administração.

Base legal: O Art. 117 da Lei 14.133/2021 estabelece que a fiscalização contratual deve ser efetiva, com registro sistemático e formal das atividades, alinhando a execução contratual aos objetivos institucionais, sempre com vistas à eficiência e ao interesse público.



Acompanhar os registros realizados pelo fiscal, incluindo todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, quando necessário, situações que ultrapassem sua competência para decisão e providências.

Base legal: O Art. 7º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, destaca a importância de comunicação entre o gestor e as autoridades superiores, promovendo coordenação para solução de problemas e assegurando a regularidade do contrato.

Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, necessárias para a emissão de empenho de despesa e pagamento, anotando, no relatório de riscos eventuais, problemas que possam impedir o fluxo normal da liquidação e pagamento.

Base legal: Conforme o Art. 63 da Lei 14.133/2021, a Administração deve verificar continuamente as condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada para a realização de despesas públicas.

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento das obrigações pelo contratado, mencionando seu desempenho na execução contratual com base em indicadores objetivos, bem como eventuais penalidades aplicadas. Essas informações devem constar no cadastro de atestos de cumprimento de obrigações.

Base legal: O Art. 169 da Lei 14.133/2021 prevê que a Administração registre o desempenho das contratadas, utilizando indicadores objetivos que possam subsidiar futuras contratações e aplicabilidade de sanções.

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções previstas no Art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, encaminhando o processo à Subdivisão de Gestão de Contratos para deliberação.

Base legal: O Art. 156 dispõe sobre as sanções aplicáveis às contratadas que descumprirem obrigações contratuais, cabendo ao gestor iniciar os processos necessários para responsabilização.

Elaborar relatório final com informações detalhadas sobre o cumprimento dos objetivos que fundamentaram a contratação, apontando eventuais condutas e aprimoramentos necessários para melhoria das atividades administrativas.

Base legal: O Art. 117, § 8º, da Lei 14.133/2021, determina que o gestor produza relatório final, contribuindo para a melhoria contínua dos procedimentos administrativos e para a avaliação da eficiência da contratação.

Enviar a documentação pertinente para o procedimento de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 - Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3 – Dos tipos de multa:

- a) **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia, até 30 (trinta) dias e, 0,4% pelo que exceder a 30 dias, até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato/ata.
- b) **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato/ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato/ata.

7.4 - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5 - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.8 - A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.9.2 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.10.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 7.10.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 7.10.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.10.4 - os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.10.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

7.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. PAGAMENTO**

8.1 – Os preços são irrevogáveis, e incluem todas as taxas ou despesas adicionais.

8.2 – A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da licitante vencedora e acompanhar a entrega do material, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

8.3 – A Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: gtae@daae-araraquara.com.br e nfe@daae-araraquara.com.br

8.4 – O arquivo XML deverá ser enviado somente para o e-mail: nfe@daae-araraquara.com.br, conforme cláusula 7ª, inciso III, § 7º e cláusula 10ª do ajuste SINIEF 07/05, sendo que o recebimento do material ficará condicionado a sua conferência antecipada. Havendo algum problema com a visualização do arquivo, a nota fiscal será rejeitada.

8.5 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

8.6 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante vencedora informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

8.7 – Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas relativas à execução da Ata de Registro de Preços, cabendo à Administração exclusivamente o pagamento da importância contratada.

8.8 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

9.1 – Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.1.1 – O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado, em quantitativo correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total estimado para a contratação, equivalente a 45 (quarenta e cinco) toneladas, admitindo-se o somatório de atestados para atendimento desse quantitativo mínimo.

9.1.2 – Os atestados deverão conter, sempre que possível, a identificação da pessoa jurídica emitente, a descrição do objeto fornecido, os quantitativos executados, o período de fornecimento e a declaração de que o fornecimento foi realizado de forma satisfatória.

## **10. DOS ANEXOS**

10.1 – Anexo I – Termo de Referência

10.1.1 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

10.2 – Anexo II – Planilha de Composição de Preços;

10.3 – Anexo III – Planilha Estimativa de Preços;

10.4 – Anexo IV – Análise de Risco;

10.5 – Anexo V – P34-Procedimento de recebimento de produtos líquidos ou a granel

Demais anexos que a Divisão achar necessário.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 06 DE FEVEREIRO DE 2026.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Elaboração do  
Termo de Referência

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Aprovação do  
Termo de Referência